

**HABEAS CORPUS Nº 502.132 - SP (2019/0093618-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
WAGNER RIBEIRO DE OLIVEIRA - SP265925  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : MARCOS BATISTA BREMER (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de MARCOS BATISTA BREMER contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Agravado em Execução n. 7002776-05.2018.8.26.0071).

Consta dos autos que o Juiz da execução deferiu pedido de livramento condicional.

Inconformado, o Ministério Público interpôs Agravo em execução, perante a Corte estadual. O Tribunal, então, deu provimento para cassar a decisão recorrida, *in verbis* (e-STJ fl. 71):

*AGRAVO EM EXECUÇÃO. Livramento condicional indeferido. Sentenciado falia grave, consistente em fuga em 15/05/2014, que interrompe lapso temporal para obtenção do benefício do livramento condicional. Ausência de requisito objetivo. Além disso, demonstra ausência de mérito para a obtenção da benesse. Agravo provido para cassar a decisão recorrida.*

Nesta ocasião, a Defensoria Pública alega que a falta grave disciplinar não interrompe o prazo para a obtenção de livramento condicional, conforme a Súmula 441 desta Corte.

Sustenta, ademais, que a falta foi cometida há mais de 4 anos, não tendo praticado outra infração, demonstrando, assim, ter bom comportamento carcerário.

Nesses moldes, pretende, em liminar, que o paciente aguarde a decisão definitiva de mérito em livramento condicional, e, no mérito, a cassação do acórdão que determinou a nulidade do livramento.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo das execuções criminais e ao Tribunal, notadamente à reabilitação da falta disciplinar do ora paciente.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator